



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
SENADOR POMPEU/CE**

Processo: 00005475820188060166

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe,
neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE
COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADAUTO RIBEIRO
SINDEAUX**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de
V. Exa., **requerer o DESARQUIVAMENTO, a fim de viabilizar a DEVOLUÇÃO
DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PAGOS EM DUPLICIDADE (depósito judicial e
ofício único de pagamento).**

Consoante se verifica nos autos e da documentação que
segue em anexo, houve depósito a título de pagamento de honorários periciais, em
cumprimento à intimação de fls., contudo, o processo foi relacionado para evento de
mutirão de perícias, ocasião em que houve o pagamento da prova através de ofício único,
restando, portanto, pagamento em duplicidade.

Desta forma, com fulcro no art. 906, parágrafo único do
CPC, requer a Ré que Vossa Excelência se digne determinar a expedição de **OFÍCIO DE
TRANSFERÊNCIA DIRETA no montante do valor depositado**, com seus acréscimos
legais, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04**, autorizando ao Banco depositante a
efetuar transferência direta na **conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, BANCO
DO BRASIL S.A.**

Necessário esclarecer que a expedição da ordem de
pagamento deverá ser nominal à **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGURO DPVAT S/A**, pois foi a empresa que custeou com o depósito como também é

a gestora dos **Consórcios do Seguro DPVAT nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução CNSP de nº 154** , sendo a única e exclusiva beneficiária de reembolso da quantia disponível ao juízo.

Requer ainda, seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR 14752/CE, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

SENADOR POMPEU, 5 de novembro de 2020.

João Barbosa
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE

~